

ESG: RISCO OU OPORTUNIDADE?

Patrícia Aparecida Pereira Souza de Almeida

RESUMO

O mundo passa por um processo de transformação no qual as fórmulas, antes consagradas, não estão mais sendo aceitas. O mundo mudou e, após a pandemia de covid-19, percebemos o quanto estamos todos conectados e como precisamos buscar uma nova mentalidade na forma de se fazer negócios e investimentos no país, ampliando nosso cuidado e atentando aos novos riscos, não só econômicos, mas ambientais, sociais e, principalmente, reputacionais, os quais fatalmente recairão sobre os resultados financeiros.

Emergência climática, poluição e perda da biodiversidade têm se traduzido em compromissos globais que deverão ser assumidos por uma parcela mais ampla da sociedade e, nesse caso, as empresas não podem se eximir de sua parcela de responsabilidade, devendo agir com transparência, ética e integridade, para o bem comum e a perenidade dos negócios.

Palavras-chaves: responsabilidade social; empresa responsável; sustentabilidade; desenvolvimento sustentável; empresa cidadã.

INTRODUÇÃO

Neste capítulo, vamos tentar desmistificar a “aura” em torno das questões da sigla ESG, acrônimo do inglês relacionado às questões ambientais, sociais e de governança corporativa, não como uma panaceia capaz de resolver todos os problemas, mas, sim, uma oportunidade de as empresas gerenciarem melhor seus riscos com relação aos aspectos ambientais, sociais e de governança corporativa, dado que os negócios na nova economia têm demandado uma nova mentalidade na forma de se fazer negócios e investimentos.

Com o estágio avançado das tecnologias da comunicação e da informação, e pelo estágio atual da maturidade dos movimentos sociais, não há mais como as empresas fugirem de debates a respeito de sua cidadania corporativa.

Cunhado pela primeira vez em 2004, com a publicação *Who Cares Wins*, (quem se importa, ganha), o termo ESG (sigla em inglês para ambiental, social e governança) vem sendo adotado pelo mercado financeiro para melhor avaliar os riscos e as oportunidades associados às decisões de investimentos. O termo ESG não é um conceito em si, mas um acrônimo que expressa os critérios ambientais, sociais e de governança para avaliar o avanço das organizações em relação à sustentabilidade (Figura 4.1 e Tabela 4.1).

Figura 4.1 – Boas práticas para uma agenda ESG nas organizações.



Tabela 4.1 Principais diferenças entre sustentabilidade e ESG

Diferença	Sustentabilidade	ESG
Motivação	Lidar com os desafios e demandas da sociedade, tendo como premissa a inclusão social	Cuidar da longevidade do negócio à medida que responde às demandas do mercado financeiro
Nível de ambição	Definido pela ciência, de acordo com a urgência e a magnitude dos desafios socioambientais	Definido por parâmetros de mercado e expectativas dos investidores e gestores
Atores	Governo, setor privado e sociedade civil	Setor privado
Público	Todos os segmentos da sociedade	Principalmente o mercado financeiro
Foco	Gestão dos impactos sociais e ambientais na sociedade, na economia e no meio ambiente	Gestão dos riscos ESG para o negócio e impactos nos resultados financeiros e econômicos da companhia no longo prazo
Transparência	Compromisso com <i>disclosure</i> (divulgação) por meio de relatórios de sustentabilidade e/ou integrados (foco: aspectos materiais para os <i>stakeholders</i> da companhia)	Compromisso com <i>disclosure</i> (divulgação) por meio de relatórios de sustentabilidade e/ou integrados (foco: aspectos materiais para precificação de riscos e <i>valuation</i> [avaliação das empresas])
Processo decisório	Estratégias de sustentabilidade não necessariamente conectadas às estratégias específicas do negócio e ao seu processo de decisão	Estratégias ESG focalizando nas instâncias de governança corporativa e nos processos de tomada de decisão (Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento), priorizando temas materiais para o negócio

Fonte: B3, 2022.

Diante dos graves problemas decorrentes do uso indiscriminado de recursos naturais e dos combustíveis fósseis, quais ações as empresas pretendem fazer a fim de mitigar e combater as mudanças climáticas, a crise hídrica, a gestão de resíduos? Na área social, com as pautas de diversidade, equidade e inclusão, como as empresas tratam os grupos minorizados e/ou em situação de vulnerabilidade social (mulheres, pretos, indígenas, comunidade LGBTQIA+ e pessoas com deficiência), os quais buscam pelo direito de pertencimento e representatividade? Por fim, não menos importante, em relação à transparência e à integridade das relações, dados os recentes escândalos corporativos envolvendo corrupção e afronta aos direitos humanos, como está a ética empresarial? Os códigos de conduta estão atualizados e são representativos da cultura corporativa?

Para que as empresas continuem operando e mantenham sua “licença social”, elas precisam entregar mais do que produtos de qualidade a preços competitivos; elas precisam demonstrar suas ações com relação às pautas que são importantes para o bem-estar social e o equilíbrio planetário. De preferência, em consonância com os compromissos globais da ONU, como o Acordo de Paris – que, reconhecendo que as mudanças climáticas representam uma ameaça urgente, solicita uma ampla cooperação para a redução das emissões de gases do efeito estufa. Dessa forma, o aumento da temperatura, quando comparada com os níveis pré-industriais, não devem exceder 2 °C, com esforços para que fique em torno de 1,5 °C até 2100. Também existe a Agenda 2030 – um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, fortalecendo a paz universal e a liberdade, com 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, sem deixar ninguém para trás (Figura 4.2).

Figura 4.2 – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: ONU, <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

Veja, no QR Code a seguir, quais são os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU:



4.1. CAPITALISMO DE *SHAREHOLDER* (VIÉS EXCLUSIVO DO ACIONISTA) *VERSUS* CAPITALISMO DE *STAKEHOLDER* (CONSIDERANDO AS PARTES INTERESSADAS)

Há 50 anos, Milton Friedman, ganhador do Prêmio Nobel em ciências econômicas, cunhou a seguinte frase em uma entrevista para a revista *Times*: “O único propósito de uma empresa é gerar lucro para os acionistas”. A maximização do lucro a qualquer custo era justificada, na época, como forma de compensar o risco que o investidor incorria (Eckschmidt, s.d.).

Em 1984, Edward Freeman, filósofo e professor de ética nos negócios, publicou o livro *Strategic management: a stakeholder approach* (*Gestão estratégica: uma abordagem das partes interessadas*), lançando a ideia de que as empresas existem para dar retorno a todas as partes interessadas (*stakeholders*), e não apenas aos acionistas, como defendia Friedman (Caetano, 2020).

Com isso, é chegada a hora de fazer as pazes com a natureza. Não dá mais para imaginar o sistema ambiental como um subsistema do sistema econômico, em que a variável ambiental seja “pensada” quando o projeto já está pronto. Até mesmo porque nós e nossos processos produtivos não existimos em um vácuo.

Anos de descaso com a questão ambiental e da utilização de recursos naturais de forma negligenciada e irresponsável trouxeram graves consequências ao equilíbrio dinâmico da biosfera. Percebe-se dada a ocorrência de eventos climáticos extremos cada vez mais intensos e frequentes (tempestades, alagamentos, secas, incêndios florestais), ameaçando a saúde e a segurança de milhões de pessoas ao redor do mundo e dificultando a produção de alimentos e acesso à água potável, agravando a insegurança alimentar e hídrica.

Com isso, cada fração de grau de aumento da temperatura importa e, por isso mesmo, demanda-se o uso de todas as ferramentas disponíveis a fim de evitar que tal aumento ocorra. Entre elas, destacam-se a descarbonização da economia, com a redução do uso de combustíveis fósseis visando a reduzir os gases do efeito estufa (GEE); a promoção da adaptação às mudanças climáticas a fim de mitigar seus efeitos com as soluções baseadas na natureza (SbN); a restauração ambiental e a conservação de ecossistemas, em busca da promoção de maior resiliência ao sistema ambiental – base de sustentação de todos os demais subsistemas.

Aliados a isso, temos as tecnologias de eficiência energética; o uso responsável e consciente da água, com a utilização de água de reuso, deixando a potável para o consumo humano; a gestão de efluentes para evitar a contaminação; medidas para a conservação da biodiversidade; e técnicas de manejo e regeneração de solos, com formas de plantio direto, rotação de culturas, sistemas agroflorestais e integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF). Estas últimas visam à melhoria

da qualidade dos solos, para manutenção de sua biodinâmica, maior retenção de água e fixação de carbono.

Como não existe planta B, na área ambiental ainda devemos atentar para a circularidade dos produtos, ou seja, para que o descarte de um produto seja a matéria-prima de outro, acarretando um uso responsável e consciente dos resíduos e evitando a poluição. Isso tudo aliado à prática de produção e consumo sustentáveis, refletindo sobre o consumo consciente em 9 R, isto é, antes de comprar, deve-se: 1) repensar sua necessidade; 2) recusar; 3) reutilizar; 4) reciclar; 5) reduzir; 6) reintegrar; 7) reparar; 8) respeitar; e 9) responsabilizar-se. Até porque o capitalismo de *stakeholders* remete a uma cultura de cuidado e responsabilidade baseada em 5 P: 1) prosperidade; 2) pessoas; 3) planeta; 4) paz; e 5) parcerias. Aqui, o lucro é e continua sendo importante. Contudo, ele deve vir acompanhado de boas práticas e geração de valor compartilhado com as várias partes interessadas (os *stakeholders*). Posto isso, deve ficar claro que não existe prosperidade em um planeta em chamas, com recorrentes desastres ambientais. Da mesma maneira, não existe empresa próspera em uma sociedade doente, com colaboradores insatisfeitos, em *burnout*, com crise de ansiedade e desmotivados pela falta de representatividade e pelo sentimento de não pertencimento.

Como elevar a produtividade e reter talentos em uma cultura corporativa tóxica? Como ser criativo, inovador e resiliente em empresas que não respeitam a integralidade do ser, a liberdade de expressão e os diferentes grupos identitários?

Na área social, para além de respeito aos direitos humanos e combate aos trabalhos forçado, compulsório e infantil, as empresas têm sido convocadas a explorarem políticas e práticas de diversidade e equidade, com a promoção da inclusão e do pertencimento.

Por muito tempo, falou-se em experiência dos clientes, posto que, de fato, são os clientes que trazem o dinheiro para dentro das empresas. No entanto, como envolver e trabalhar bem esse cliente com funcionários doentes e/ou desmotivados, sem engajamento com o negócio? A lógica é cuidar das pessoas para que elas cuidem de seu negócio. Colaboradores satisfeitos, além de mais motivados e produtivos, acabam por se tornar embaixadores da empresa. Um bem intangível e de grande valor reputacional.

Logo, são tempos de também observar a experiência de colaboradores e fornecedores, ou seja, o impacto social das relações, para a sustentabilidade dos negócios e a geração de valor compartilhado.

Dentro da escala de espaço e tempo, as empresas estão sendo convocadas a dar sua contribuição por meio de “boas práticas” ambientais, sociais e de governança. Pois, com o crescimento do consumo consciente, têm sido alvo de maior escrutínio com relação aos seus impactos diretos e indiretos, bem como de um

maior investimento em rastreabilidade em cadeias reconhecidamente críticas (Maeda, 2023).

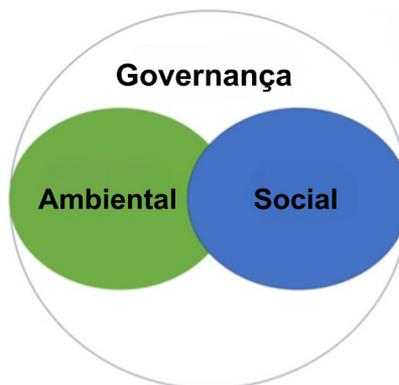
Nisso, qual o curso da inação? Boicotes de consumidores? Rompimento de contratos? Crise de imagem? Danos reputacionais podem se materializar em perdas financeiras. Logo, a gestão responsável da cadeia de suprimentos demanda muito mais do que compromissos corporativos publicados nos relatórios de sustentabilidade e nas coletas de dados por meio de questionários eletrônicos enviados a fornecedores. Envolve a ética das relações com a prática do *walk the talk* (faça o que se fala) (Pinsky, 2023).

Para Carlo Pereira, CEO da Rede Brasil Pacto Global, além de conexões éticas e transparentes com os vários públicos com os quais se relacionam, “somos 60% do PIB, 80% do fluxo de capitais e 90% dos empregos. Escolhemos fazer essa transição porque é o correto”. Já para Sanda Ojiambo, CEO global do Pacto, a prática de *business as usual* (negócios como até agora foram feitos) não é uma opção. Ou o setor empresarial se transforma, ou será engolido pelos efeitos das mudanças climáticas e das convulsões sociais decorrentes desse processo (Exame, 2022).

Na nova economia, orientada aos *stakeholders*, as boas práticas estão diretamente relacionadas à governança corporativa, pois não existem boas práticas sociais e ambientais se elas não estiverem ancoradas em uma governança corporativa que a sustente, por meio de sua estrutura e composição, propósito claro (sua razão de existir) e estratégia definida com relação à sustentabilidade (Figura 4.3).

Figura 4.3 – Integração dos eixos ESG.

Integração dos eixos ESG



Para Fábio Alperowitch, CEO da Fama Investimentos e especialista em investimentos ESG, “boa governança não é uma questão normativa, mas sim de bons processos e princípios éticos”. Então, uma conduta empresarial coerente com os novos valores deve englobar programa de integridade e práticas anticorrupção, *compliance*, práticas de combate à concorrência desleal, gestão de risco do negócio, controles internos, auditorias interna e externa, ambiente legal e regulatório, gestão da segurança da informação, privacidade de dados pessoais, responsabilização (prestação de contas) e relatórios ESG.

Contudo, é importante ficar claro que ESG não é uma lista de intenções, nas quais os gestores apenas observam se consta ou não determinada ação, em uma espécie de checklist. Em outras palavras, não basta mapear processos, gerenciar riscos, propor metas, definir indicadores de desempenho e prazos, monitorar e reportar dados, se a cultura corporativa não for de transparência e integridade na prestação de contas, com clara tendência à substituição do programa de *compliance* (conformidade às leis) pelo programa de integridade (medidas anticorrupção – fraudes, desvios).

Peter Drucker já dizia que a cultura corporativa come a estratégia no café da manhã, e acredito que não seja diferente com a agenda ESG.

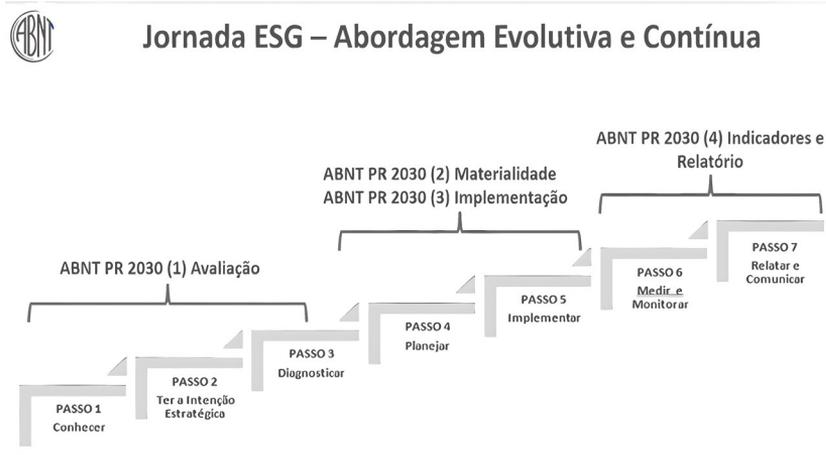
4.2. COMO SEGUIR AS PRÁTICAS ESG

Os conceitos de responsabilidade social e de sustentabilidade partem da premissa de que entidades, públicas ou privadas, assim como indivíduos, possuem compromissos com a sociedade, que transcendem o lucro dos acionistas. Tais princípios têm sido progressivamente consolidados no mercado de capitais como investimentos de impacto.

Entre eles, tem-se a prevenção de riscos, que foca a maneira como as companhias investidas lidam com os riscos relacionados aos aspectos ESG, os quais podem influenciar negativamente o sucesso e a continuidade dos negócios. Tem-se, ainda, a promoção de impacto positivo, que foca a adicionalidade de benefícios sociais, ambientais e de governança pelas investidas para que gerem valor compartilhado entre seus acionistas, fornecedores, clientes e comunidade (BNDES, 2022).

Com isso, não existem regras ou fórmulas prontas e, sim, boas práticas que deveriam ser seguidas por grandes, médias e pequenas companhias em sua trajetória de diferenciação (Figura 4.4). O mais importante é que cada companhia encontre suas próprias soluções, levando em conta as características que a tornam única (BM&FBovespa, 2016).

Figura 4.4 – Jornada ESG: abordagem evolutiva e contínua.



Fonte: ABNT, 2022.

Passo 1

No passo 1, é preciso mapear processos, pois, como diria Peter Drucker, “sem informação não há administração”. É importante que as empresas façam a análise comparativa com seus pares, verificando tendências com relação à agenda ESG de acordo com o segmento da empresa, bem como a região na qual ela se localiza. Nesse sentido, é fundamental compreender o contexto em que a empresa está inserida, em pelo menos três níveis: da sustentabilidade, setorial e interno.

Para o contexto da sustentabilidade, identifique temas globais, mapeando requisitos e tendências regulatórias, riscos que afetam a sociedade e os negócios como um todo, a exemplo do Pacto Global e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU.

No contexto setorial, considere as normas de sustentabilidade específicas do seu setor de atuação. Para o contexto interno, comece com uma avaliação sobre o momento da companhia (principais desafios, riscos, questões relacionadas ao mercado de atuação), avalie documentos corporativos e sistemas internos de gestão. Uma ferramenta disponível no mercado com essa finalidade é o *B Impact Assessment* (BIA, avaliação de impacto), oferecido pelo Sistema B – uma comunidade global de líderes que usam seus negócios para a construção de um sistema econômico mais inclusivo, equitativo e regenerativo para as pessoas e para o planeta –, para companhias que desejem certificar-se como empresas B. Esse traba-

lho poderá apoiar a companhia na identificação de oportunidades de melhoria existentes na empresa e gerar um plano de ação de curto, médio e longo prazos.

Passo 2

No passo 2, ter a intenção estratégica significa dizer que mais do que intencionalidade, a empresa precisa dimensionar recursos, alocar pessoas e definir responsabilidades, com o claro apoio de alta direção, a fim de gerar engajamento de seus colaboradores por meio de um propósito inspirador e integralizado à cultura corporativa.

Isso porque, para ser efetiva e gerar valor para a companhia, a agenda ESG deve partir da decisão da alta direção, pois a adoção dessa agenda, muitas vezes, pressupõe mudança de cultura. Daí ser essencial que o exemplo venha “de cima”, com a liderança assumindo o papel de patrocinadora da causa, mostrando seu valor e seu apoio de forma contínua.

Passo 3

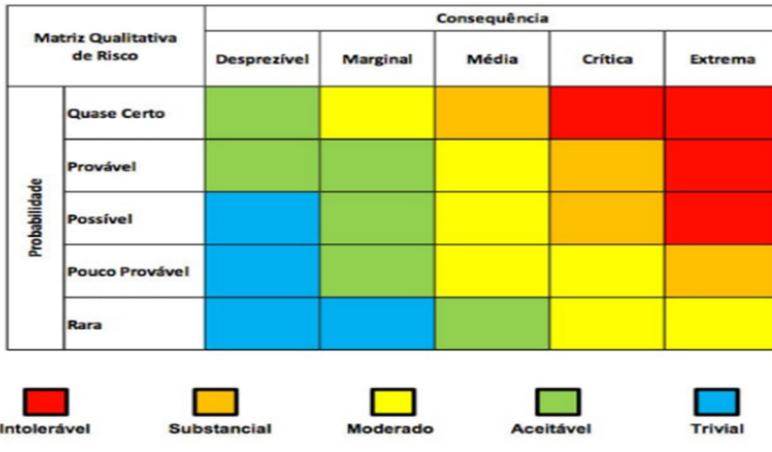
No passo 3, diagnosticar por meio do levantamento de suas práticas de sustentabilidade significa que a empresa deverá identificar o nível de estruturação, os recursos disponibilizados, os processos aplicados e os resultados obtidos até então. Com isso, avalia-se o grau de maturidade da organização e as pendências existentes com relação aos pares.

Passo 4

O passo 4 para estabelecer a governança de sustentabilidade deve ser criar e formalizar uma estrutura de governança para a sustentabilidade que abranja e permeie os diversos níveis organizacionais e que tenha como objetivos a perenidade do negócio, a mitigação de riscos e a geração de valor. Para isso, atribua responsabilidades estratégicas, procurando balancear resultados econômicos com aspectos sociais e ambientais, incluindo o enfrentamento de dilemas estratégicos, táticos e operacionais, e a tomada de decisões de curto, médio e longo prazos.

Só planeje após diagnosticar o que existe na organização e identificar o que pode ser feito, com base nas tendências e pendências. Então, é chegada a hora de definir seu eixo de atuação, em conformidade com a essência da empresa. Para isso, sugere-se elaborar a matriz de riscos da organização (Figura 4.5), ou seja, quais são os principais fatores ambientais, sociais e de governança que podem afetar a organização.

Figura 4.5 – Matriz de risco qualitativa.



Fonte: Riskex (s.d).

A partir da identificação dos riscos com consequências crítica e extrema, aliados a ocorrências provável e quase certa, temos definida a materialidade da organização, ou seja, quais temas críticos são suficientemente importantes e devem ser considerados na gestão estratégica da organização.

Contudo, em um contexto de visão ampliada do ESG, que inclui o “capitalismo de *stakeholders*”, amplia-se a visão de materialidade, que passa a abordar o conceito de dupla materialidade (Figura 4.6), ou seja, o impacto financeiro que o sistema pode acarretar para a organização, e o impacto da organização no sistema.

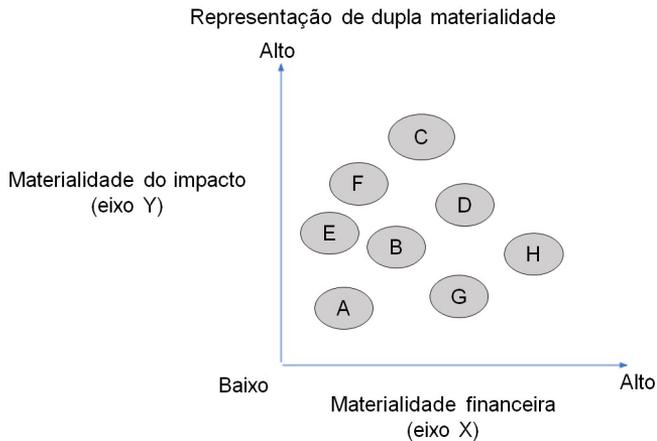
Figura 4.6 – Dupla materialidade.



Fonte: ABNT, 2022.

Com isso, a materialidade passa a ser a diretriz da estratégia empresarial e da comunicação de resultados ESG. Ela está diretamente ligada aos impactos (positivos e negativos/gestão de riscos) ligados à organização e, com isso, permite elaborar planos de ação com consistência e assertividade, à medida que a empresa passa a buscar metas e indicadores a partir dos temas materiais (Figura 4.7).

Figura 4.7 – Boas práticas e tendências.



Fonte: adaptada de Duarte, 2023.

Passo 5

É o momento de implementar. Descobertos os temas materiais, é hora de definir a estratégia e as políticas da organização com relação à sustentabilidade. Elabore uma política de sustentabilidade para traduzir estratégias e compromissos em objetivos e diretrizes de gestão, para formalizar a realização de práticas.

Ela deve conter as orientações básicas para a gestão da sustentabilidade na empresa, facilitando o planejamento e a execução de ações nas diferentes áreas ou unidades de negócios, devidamente aprovada pela alta administração. Enquanto a estratégia se baseia em uma visão global e um alinhamento de intenções, as políticas apontam para diretrizes específicas que estruturam a tomada de decisão das partes envolvidas. A nova estratégia deve influenciar a identidade da organização e, por isso, deve conter objetivos de curto, médio e longo prazos. Já as políticas devem sintetizar, de modo explícito, declarações, compromissos e diretrizes que orientem os processos decisórios, de forma que sejam atendidos os objetivos e metas estabelecidos.

Para que qualquer estratégia corporativa tenha sucesso, é imprescindível que toda a organização esteja alinhada, entendendo a importância dessa estratégia e trabalhando para o mesmo propósito, bem como o cumprimento das metas.

Contudo, qualquer empresa que deseje avançar de modo consistente na agenda de sustentabilidade e na gestão ESG precisa estabelecer metas claras e objetivas para os indicadores que utiliza. Idealmente, tanto as metas como os indicadores devem ser de conhecimento público, além de fácil monitoramento interno e externo, concretizando o compromisso da empresa com seus objetivos e efetivando sua transparência.

Passo 6

Defina indicadores e métricas para os temas priorizados. Nessa etapa, a organização deve medir e monitorar se o que foi planejado está sendo implementado. Para isso, os indicadores de desempenho precisam mostrar como o negócio gera valor ao longo do tempo, os riscos e os impactos associados e, principalmente, a gestão deles.

Os indicadores devem fornecer evidências relativas ao desenvolvimento e à implementação das práticas ESG da organização em relação a sua política, objetivos e metas em busca da melhoria contínua e, sempre que pertinente, em um processo de alinhamento de expectativas com as partes interessadas.

O mercado já oferece um conjunto de referências para auxiliar as empresas na escolha do que medir e acompanhar, por exemplo, os padrões da *Global Reporting Initiative* (GRI) (padrão global de relatório de sustentabilidade).

Passo 7

Relatar e comunicar em ESG é tão importante quanto fazer. Significa relatar de forma clara e transparente o que sendo feito, a fim de evitar o *greenwashing*, isto é, a maquiagem verde, por parte das empresas com relação às suas práticas.

A divulgação de informações ESG pode ser feita no relatório anual da empresa, no relatório de sustentabilidade ou em um relato integrado, padrão internacional de divulgação de informações integradas de governança, desempenho e futuro das organizações em geral. É importante que o formato escolhido evidencie a integração ESG na estratégia corporativa, bem como permita que os dados apresentados possam ser facilmente acessados e utilizados por uma ampla gama de partes interessadas (Masullo, 2020).

Para ajudar os administradores na delicada tarefa de definir propósito e critérios, existem padrões internacionais que podem ser usados para estruturar, uni-

formizar e possibilitar comparações entre os relatórios de sustentabilidade. De acordo com o estudo da KPMG, organização global de firmas independentes que prestam serviços nas áreas de Audit, Tax e Advisory (auditoria de consultoria tributária), dois se destacam: 78% das 250 maiores empresas usam os padrões GRI (*Global Reporting Initiative*), um padrão internacional de reporte de desempenho na gestão de impactos socioambientais e econômicos para diferentes públicos, e cerca de 50% delas usam o SASB (*Sustainability Accounting Standards Board* – Conselho de padrões de contabilidade de sustentabilidade), um padrão internacional de divulgação de riscos ESG setoriais relevantes para os investidores (Barcat, 2023).

Enquanto o maior desafio das empresas é a escolha da melhor forma de divulgar suas informações, o público externo tem a dificuldade de comparar os resultados dessas empresas frente aos diversos padrões publicados por cada uma delas. Investidores usam informações de desempenho ESG de diferentes fontes para avaliar sua alocação de capital. Nesse processo, a comparação entre diferentes notas e classificações (*ratings*) de entidades diferentes pode dar margem a controvérsias e críticas.

Dessa forma, a *International Financial Reporting Standards* (IFRS – normas internacionais de informações financeiras) anunciou, em 2021, a criação de padrões globais de relatório de informações em sustentabilidade para o mercado financeiro com base em padrões já existentes e incorporando padrões (a serem, posteriormente, extintos). A concretização do compromisso aconteceu oficialmente em junho de 2023 com a divulgação de dois padrões de relatório: o IFRS S1 (*General requirements for disclosure of sustainability-related financial information* – Requisitos gerais de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade), que contém requisitos de relatório sobre os riscos e as oportunidades relacionados à sustentabilidade no curto, médio e longo prazos, e o IFRS S2 (*Climate-related disclosures* – divulgações relacionadas ao clima), que contém requisitos específicos relacionadas ao clima e que deve ser usado em conjunto com o IFRS S1. Para a IFRS, as empresas devem compreender quais são os riscos e as oportunidades, oriundos de temáticas relacionadas à sustentabilidade, que podem afetar os fluxos de caixa da empresa. Para tanto, devem ser considerados aspectos climáticos e socioambientais na estratégia das empresas, bem como métricas, metas e a governança para lidar com esses temas e que sejam refletidos nos reportes ao mercado. (Way Carbon, 2023).

As duas normas emitidas pelo *International Sustainability Standards Board* (ISSB – conselho internacional de padrões de sustentabilidade), IFRS S1 e IFRS S2, demonstram interconectividade, enfatizando a necessidade de consistência e conexões entre demonstrações financeiras e as divulgações de sustentabilidade,

para que o investidor tenha à disposição e tempestivamente todas as informações de que precisa para avaliar as empresas (EY Brasil, 2023).

Com isso, seja para análise de risco ou melhora de desempenho, as organizações que consideram os critérios sociais, ambientais e de governança em seus negócios tendem a: superar financeiramente seus pares; atrair e reter talentos; alcançar melhor produtividade; criar vantagem competitiva; melhorar a reputação; estar mais preparadas para as incertezas; atingir maior nível de integridade; ter maior fidelidade de clientes; manter sua licença social.

De acordo com o Pacto Global, rede de desempenho dos compromissos com o desenvolvimento sustentável por empresas para diversos públicos, atuar de acordo com padrões ESG amplia a competitividade do setor empresarial, seja no mercado interno ou no exterior. No mundo atual, no qual as empresas são acompanhadas de perto pelos seus diversos *stakeholders* (partes interessadas), ESG é a indicação de solidez, custos mais baixos, melhor reputação e maior resiliência em meio a incertezas e vulnerabilidades.

No QR Code a seguir, está disponível o *Relatório Melhores para o Brasil 2023*, uma pesquisa da Humanizadas:



CONCLUSÕES

Em tempos de agenda ESG, os resultados, o desempenho e as metas econômico-financeiras estão intrinsecamente ligados às práticas ambientais, sociais e de governança de uma empresa. A capacidade de gerenciar essas dimensões de forma eficaz não apenas influenciará a saúde financeira da empresa, mas também sua posição no mercado, sua reputação e sua resiliência a longo prazo.

Empresas que adotam práticas de ESG tendem a se concentrar em resultados financeiros de longo prazo, em vez de apenas ganhos a curto prazo, alinhando suas operações com os princípios da sustentabilidade. Além do retorno financeiro, as empresas estão considerando o retorno social e ambiental de suas atividades, o que pode ser uma parte valiosa da narrativa da comunicação corporativa, ajudando em sua estratégia de marketing, desde que por meio de informações verdadeiras e que possam ser verificadas e comprovadas.

Metas de redução de carbono, diversidade e inclusão, ética nos negócios e práticas de governança transparentes podem, inclusive, impactar na alocação de recursos, com a obtenção de empréstimos em condições mais favoráveis.

Por tudo isso, ESG é um risco, caso haja omissão das corporações em considerar tais variáveis no planejamento estratégico da companhia, mas pode ser uma grande oportunidade, caso as variáveis sejam devidamente gerenciadas e reportadas por meio de padrões e *frameworks*.

Investidores, consumidores e reguladores estão prestando mais atenção aos impactos das atividades da empresa no meio ambiente, na comunidade em que operam e em sua estrutura de governança. Sem contar que riscos ambientais, regulamentações mais rígidas ou mudanças climáticas poderão impactar operações e seus custos. Por outro lado, oportunidades surgirão com a inovação de produtos sustentáveis, os quais poderão abrir novos mercados e geração de receita.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). *Prática recomendada: ABNT PR2030: ambiental, social e governança (ESG) – Conceitos, diretrizes, modelo de avaliação e direcionamento para as organizações*. Associação Brasileira de Normas Técnicas. Rio de Janeiro: ABNT, 2022.
- B3. *Guia Sustentabilidade e Gestão ASG nas Empresas. Como começar, quem envolver e o que priorizar*. São Paulo: B3, 2022.
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). Visão dos investidores em relação a aspectos ASG. *Blog do Desenvolvimento: Agência BNDES de notícias*. ASG/Investimentos/Sustentabilidade, 29/6/2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.bndes.gov.br/blogdodesenvolvimento/detalhe/Visao-dos-investidores-em-relacao-a-aspectos-ASG/>. Acesso em: 18 nov. 2023.
- BARCAT, G. Para que serve o relatório de sustentabilidade de sua empresa? *Exame: ESG*, 4/2/2023. Disponível em: <https://exame.com/esg/para-que-serve-o-relatorio-de-sustentabilidade-da-sua-empresa/>
- BM&FBOVESPA. A Nova Bolsa. *Novo Valor – Sustentabilidade nas Empresas. Como começar, quem envolver e o que priorizar*. 2016. Disponível em: https://www.b3.com.br/data/files/D3/D0/0F/6C/FE07751035EA4575790D8AA8/GuiaNovoValor_SustentabilidadeNasEmpresas_PT.PDF
- CAETANO, R. F. O anti-Friedman está otimista com o futuro das empresas. *Exame*, 11/8/2020. Disponível em: <https://exame.com/esg/freeman-o-anti-friedman-esta-otimista-com-o-futuro-das-empresas/>
- DUARTE, J. Webinar caminhos do relato ESG: boas práticas e tendências. *Rede Brasil Pacto Global: 13/4/2023*. Acesso em: 18 nov. 2023.

- ECKSCHMIDT, T. O único propósito da empresa é gerar lucro aos acionistas. *MIT Sloan Management Review Brasil*, 30/9/2023. Disponível em: <https://www.mitsloanreview.com.br/post/o-unico-proposito-de-uma-empresa-e-gerar-lucro-para-os-acionistas>. Acesso em: 18 nov. 2023.
- EXAME. *Nova agenda do Pacto Global da ONU pede salário digno e ambição climática*, 26/4/2022. Disponível em: <https://exame.com/esg/nova-agenda-do-pacto-global-da-onu-pede-salario-digno-e-ambicao-climatica/>. Acesso em: 28 fev. 2024.
- EY BRASIL. *IFRS S1 e S2: implicações para o mercado brasileiro*. 27/6/2023. Disponível em: https://www.ey.com/pt_br/sustainability/ifrs-implicacoes-mercado-brasileiro. Acesso em: 18 nov. 2023.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). *Boas práticas para uma Agenda ESG nas organizações*. São Paulo: IBGC, 2022.
- MAEDA, D. Gestão de riscos ESG na cadeia de valor. Organizações serão cada vez mais responsabilizadas pelos impactos sociais e ambientais em suas cadeias de valor. *Exame: Bússola*, 14/3/2023. Disponível em: <https://exame.com/bussola/danilo-maeda-gestao-de-riscos-esg-na-cadeia-de-valor/>. Acesso em: 18 nov. 2023.
- MASULLO, H. A sopa de letrinhas na Divulgação ESG. *Expert XP: Conexão ESG*, 21/12/2020. Disponível em: <https://conteudos.xpi.com.br/colunas/conexao-esg/a-sopa-de-letrinhas-na-divulgacao-esg/>. Acesso em: 18 nov. 2023.
- NAÇÕES UNIDAS BRASIL. ONU. *Objetivos do desenvolvimento sustentável*. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs> Acesso em: 18 nov. 2023.
- PACTO GLOBAL REDE BRASIL. *ESG – Entenda o significado da sigla ESG (Ambiental, Social e Governança) e saiba como inserir estes princípios em sua empresa*. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/pg/esg> Acesso em: 10 maio 2023.
- PINSKY, V. ESG também deve abranger a cadeia de fornecedores – e inação pode custar caro. *Época Negócios*, 9/4/2023. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/colunas/coluna/2023/04/esg-tambem-deve-abranger-a-cadeia-de-fornecedores-e-inacao-pode-custar-caro.ghtml>. Acesso em: 18 nov. 2023.
- RISKEX Segurança tem Futuro. Gerenciamento de riscos: a matriz de risco. *Blog de Gerenciamento de Riscos*. Disponível em: <https://segurancatemfuturo.com.br/index.php/home/gerenciamento-de-riscos/a-matriz-de-risco/>. Acesso em: 10 jun. 2023.
- WAY CARBON. *Relatório IFRS S1 e S2: o que os novos padrões de reportes financeiros em sustentabilidade impactam na agenda das empresas*. 2023.

